

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA

DIOGO ALEX BASTOS LEAL
LEONARDO PATRÍCIO DA SILVA
LUANA DA SILVA DANTAS

**A Importância Do Profissional Farmacêutico No Combate À
Automedicação No Brasil**

RECIFE/2024

**DIOGO ALEX BASTOS LEAL
LEONARDO PATRÍCIO DA SILVA
LUANA DA SILVA DANTAS**

**A Importância Do Profissional Farmacêutico No Combate À
Automedicação No Brasil**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Disciplina TCC do Curso
de Bacharelado em Farmácia do Centro
Universitário Brasileiro - UNIBRA,
como parte dos requisitos para
conclusão do curso.

Orientador(a): Prof. Me. Hugo Christian
de Oliveira Felix

**RECIFE
2024**

AGRADECIMENTOS

À Deus, cuja luz e orientação nos inspiraram em cada passo desta jornada. Agradecemos também aos professores e amigos universitários, que estiveram ao nosso lado, compartilhando conhecimentos e experiências que enriqueceram nosso aprendizado.

Eu, Leonardo Patrício, agradeço de coração à minha mãe, filhas, irmã Ludmila, sobrinha Isabela e à sua família Patrício, além de amigos e professores que me apoiaram incondicionalmente.

Eu, Luana da Silva, expresso minha eterna gratidão à minha mãe, Sônia da Silva, e à minha filha, Luna Lavigni Dantas Gouveia, cujos amores e incentivos foram fundamentais para a realização e conclusão deste curso.

Em especial, um agradecimento ao professor orientador, **Hugo Felix**. Um professor presente que guiou a todos com muita empatia e responsabilidade, que soube olhar para as dificuldades de todos e ajudar da melhor forma possível. Seu compromisso e dedicação nos trouxe a finalização deste projeto, e seu apoio fez toda a diferença em nossa trajetória.

Agradecemos a todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade. Sem a colaboração e o apoio de cada um de vocês, não estaríamos aqui celebrando este momento.

RESUMO

A automedicação, prática de usar medicamentos sem orientação profissional, é comum no Brasil, com 77% da população recorrendo a ela, sendo mais frequente entre mulheres devido a condições dolorosas. Durante a pandemia de COVID-19, houve um aumento significativo na automedicação, com o uso elevado de medicamentos como Ivermectina e Azitromicina, além de suplementos vitamínicos. Essa prática pode acarretar graves consequências, como reações adversas e resistência antimicrobiana, exacerbadas pela disseminação de informações não verificadas. A atenção farmacêutica se apresenta como uma solução para promover o uso racional de medicamentos e educar a população sobre os riscos da automedicação, através de orientações individualizadas, campanhas educativas e monitoramento da terapia medicamentosa. O objetivo deste trabalho é enfatizar a relevância da atenção farmacêutica no combate à automedicação no Brasil. Para isto, foi realizada uma revisão de literatura a partir das bases de dados Lilacs, Sielo, Pubmed e Google acadêmico. Os estudos analisados indicam que a automedicação é um problema multifatorial, enraizado em questões sociais, econômicas e culturais. A solução requer a implementação de políticas públicas que visem não apenas a regulação da venda de medicamentos, mas também a conscientização da população sobre os riscos associados. A educação para a saúde e o fortalecimento do papel do farmacêutico na comunidade são fundamentais para garantir um uso seguro e racional de medicamentos, contribuindo para a diminuição das intoxicações e para a melhoria da saúde pública no Brasil. As medidas sugeridas pelos estudos, como a maior fiscalização da propaganda de medicamentos e o incentivo à educação sanitária, representam passos importantes. Contudo, a transformação real depende de um esforço conjunto entre governo, sociedade civil e profissionais de saúde, além de uma mudança cultural que promova uma maior responsabilidade no uso de medicamentos.

Palavras-Chaves: Automeidcação, Efeitos adversos, Atenção farmacêutica.

The Importance of Pharmaceutical Professionals in Combating Self-Medication in Brazil

ABSTRACT

Self-medication, the practice of using medications without professional guidance, is common in Brazil, with 77% of the population resorting to it, and it is more frequent among women due to painful conditions. During the COVID-19 pandemic, there was a significant increase in self-medication, with the high use of medications such as Ivermectin and Azithromycin, in addition to vitamin supplements. This practice can lead to serious consequences, such as adverse reactions and antimicrobial resistance, exacerbated by the dissemination of unverified information. Pharmaceutical care presents itself as a solution to promote the rational use of medications and educate the population about the risks of self-medication, through individualized guidance, educational campaigns, and monitoring of drug therapy. The objective of this study is to emphasize the relevance of pharmaceutical care in combating self-medication in Brazil. To this end, a literature review was carried out using the Lilacs, Sielo, Pubmed, and Google Scholar databases. The studies analyzed indicate that self-medication is a multifactorial problem, rooted in social, economic, and cultural issues. The solution requires the implementation of public policies that aim not only to regulate the sale of medicines, but also to raise awareness among the population about the associated risks. Health education and strengthening the role of pharmacists in the community are essential to ensure safe and rational use of medicines, contributing to the reduction of poisonings and to improving public health in Brazil. The measures suggested by the studies, such as greater monitoring of medicine advertising and encouraging health education, represent important steps. However, real transformation depends on a joint effort between the government, civil society and health professionals, in addition to a cultural change that promotes greater responsibility in the use of medicines.

Keywords: Self-medication, Adverse effects, Pharmaceutical care.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	13
2 Materiais e métodos.....	14
3 Resultados e discussão.....	15
3.1 <i>Discussão.....</i>	<i>15</i>
4 Conclusões.....	17
Referências.....	18

1. Introdução

Automedicação é a prática de utilizar fármacos sem o auxílio de um profissional farmacêutico ou de uma orientação médica. Caracteriza-se pelo uso de fármacos disponíveis sem prescrição, como analgésicos, antitérmicos, anti-inflamatórios, antiácidos e outros, baseando-se em experiências prévias, indicações de familiares ou amigos, e informações obtidas de forma não especializada, como na internet ou na televisão ou nas mídias digitais¹. Esta prática é amplamente difundida entre a população brasileira, como evidenciado por dados do Conselho Federal de Farmácia (2019). De acordo com o levantamento, 77% dos brasileiros que utilizaram medicamentos nos últimos seis meses recorreram à automedicação. Esse comportamento é frequente, com quase metade (47%) dos entrevistados se automedicando pelo menos uma vez por mês, e um quarto (25%) o fazendo diariamente ou pelo menos uma vez por semana².

A prevalência da automedicação varia entre diferentes grupos demográficos, sendo mais comum entre o público feminino. Entre as mulheres, 53% relataram o uso de medicamentos por conta própria ao menos uma vez por mês. Esse dado pode ser parcialmente explicado pelo fato de que as mulheres são mais frequentemente afetadas por condições dolorosas, como enxaquecas e dismenorreia durante o ciclo menstrual, levando-as a buscar alívio através de medicamentos sem prescrição médica. Além disso, esse público tende a lidar com questões sociais, imposição de padrão de beleza e preconceitos, o que leva a automedicação para lidar com essas condições ou atingir algum objetivo social³.

Durante a pandemia de COVID-19, houve um aumento significativo na automedicação no Brasil. Segundo o Conselho Regional de Farmácia de São Paulo (CRF-SP), no primeiro trimestre de 2020, o consumo de vitaminas e medicamentos aumentou quase 200% devido à preocupação com o Sars-CoV-2. Uma pesquisa realizada em 2021 revelou que, durante o período pandêmico, os medicamentos mais comumente utilizados para automedicação incluíam Ivermectina (52,8%) e Azitromicina (14,2%). Além disso, houve uma alta prevalência no uso de suplementos vitamínicos, com destaque para as vitaminas C (66,4%) e D (10,9%). Outros medicamentos, como Cloroquina/Hidroxicloroquina (2,0%), também foram usados para prevenir ou tratar infecções pelo SARS-CoV-2, apesar de alguns não possuírem comprovação científica de eficácia⁴.

Esses dados sublinham a complexidade e os riscos associados à automedicação, especialmente em contextos de crise sanitária. A busca por soluções rápidas e a disseminação de informações não verificadas contribuem para o uso indiscriminado de medicamentos, o que pode resultar em consequências adversas para a saúde pública⁵. Dados do Sistema Nacional de Informações Tóxicas Farmacológicas (SINITOX) indicam que, entre 2010 e 2017, 52,8% dos casos de intoxicação notificados foram relacionados ao uso de medicamentos⁶. As consequências desta prática são variadas e potencialmente graves. Entre elas, destacam-se reações adversas e interações medicamentosas perigosas, resistência antimicrobiana devido ao uso indiscriminado de antibióticos, diagnósticos tardios ou equivocados que podem atrasar tratamentos adequados, dependência e abuso de medicamentos, como analgésicos opioides, e desperdício de recursos financeiros e de saúde. Essa prática é difundida globalmente e está relacionada a fatores como a facilidade de acesso a medicamentos, falta de conhecimento sobre os riscos envolvidos, dificuldades de acesso a serviços de saúde e a cultura de buscar soluções rápidas para problemas de saúde⁷.

Atenção farmacêutica (AT) entra como recurso de prevenção e conscientização a automedicação. A AT é uma prática clínica que se centra no cuidado ao paciente, visando o uso racional de medicamentos e a promoção da saúde. De acordo com a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), a AT envolve "o cuidado responsável e direto do paciente com o propósito de alcançar resultados positivos na saúde". Caracteriza-se por um conjunto de atividades realizadas pelo farmacêutico, que incluem a orientação sobre o uso correto dos medicamentos, a identificação e resolução de problemas relacionados aos medicamentos, e o acompanhamento da terapia medicamentosa⁸. Diante dessas características pode ser ressaltado o aconselhamento farmacêutico, onde o profissional promove a transmissão de informações detalhadas sobre o uso correto de medicamentos, bem como, seus efeitos, interações medicamentosas. Com isso, é visto a necessidade do monitoramento da terapia, consistindo no acompanhamento contínuo do paciente para que seja possível uma avaliação mais eficiente e assim, identificando possíveis problemas como as campanhas educativas sobre o uso racional de medicamentos, os riscos da automedicação, erros de interações⁹.

Sendo assim, a atenção farmacêutica desempenha um papel crucial no combate à automedicação ao promover o uso racional de medicamentos e educar a população sobre os riscos dessa prática. As principais estratégias incluem orientação individualizada, onde o farmacêutico orienta cada paciente sobre o uso adequado de medicamentos, destacando os perigos da automedicação e a importância de seguir prescrições médicas; campanhas educativas para conscientizar sobre os riscos da automedicação e promover o uso consciente de medicamentos; triagem e encaminhamento de casos em que a automedicação pode ser

prejudicial, direcionando o paciente para a consulta médica quando necessário; disponibilização de informações claras e acessíveis sobre os medicamentos e seus efeitos, ajudando a população a tomar decisões informadas; e incentivo ao diálogo entre pacientes e profissionais de saúde, para que dúvidas e preocupações sobre medicamentos sejam esclarecidas de forma adequada¹⁰.

Com isso, o objetivo deste trabalho é enfatizar a importância da atenção farmacêutica no combate à automedicação no Brasil, ressaltando suas principais abordagens, acompanhamento farmacoterapêutico e educação em saúde.

2. Material e Métodos

Este estudo consiste em uma revisão integrativa de literatura, metodologia que permite a síntese de múltiplos estudos publicados sobre um determinado tema, proporcionando uma visão abrangente e crítica da produção científica existente. Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), a revisão integrativa "é um método de pesquisa que permite a inclusão de estudos com diferentes delineamentos metodológicos, possibilitando a integração de evidências obtidas de diferentes abordagens". Essa estratégia é de grande relevância para o avanço do conhecimento científico, pois oferece subsídios para a tomada de decisão baseada em evidências, além de identificar lacunas na literatura que possam orientar futuras pesquisas.

Para a condução desta revisão, foram seguidas as seis etapas de uma revisão integrativa de literatura, conforme proposto por Whitemore e Knafl (2005): (1) formulação da questão de pesquisa, (2) busca na literatura, (3) avaliação dos dados, (4) análise dos dados, (5) interpretação dos resultados, e (6) apresentação da síntese. O conjunto de diretrizes PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) foi utilizado para guiar o processo de seleção e análise dos artigos. O PRISMA é um padrão amplamente adotado para revisões sistemáticas e meta-análises, assegurando a transparência e a reprodutibilidade dos estudos. Ele envolve quatro etapas principais: Identificação, Triagem, Elegibilidade e Inclusão. Na etapa de Identificação, foram realizadas buscas nas bases de dados PubMed, BVS e Scielo utilizando palavras-chave específicas e combinações booleanas, de modo a garantir uma busca abrangente, conforme demonstrado no quadro abaixo.

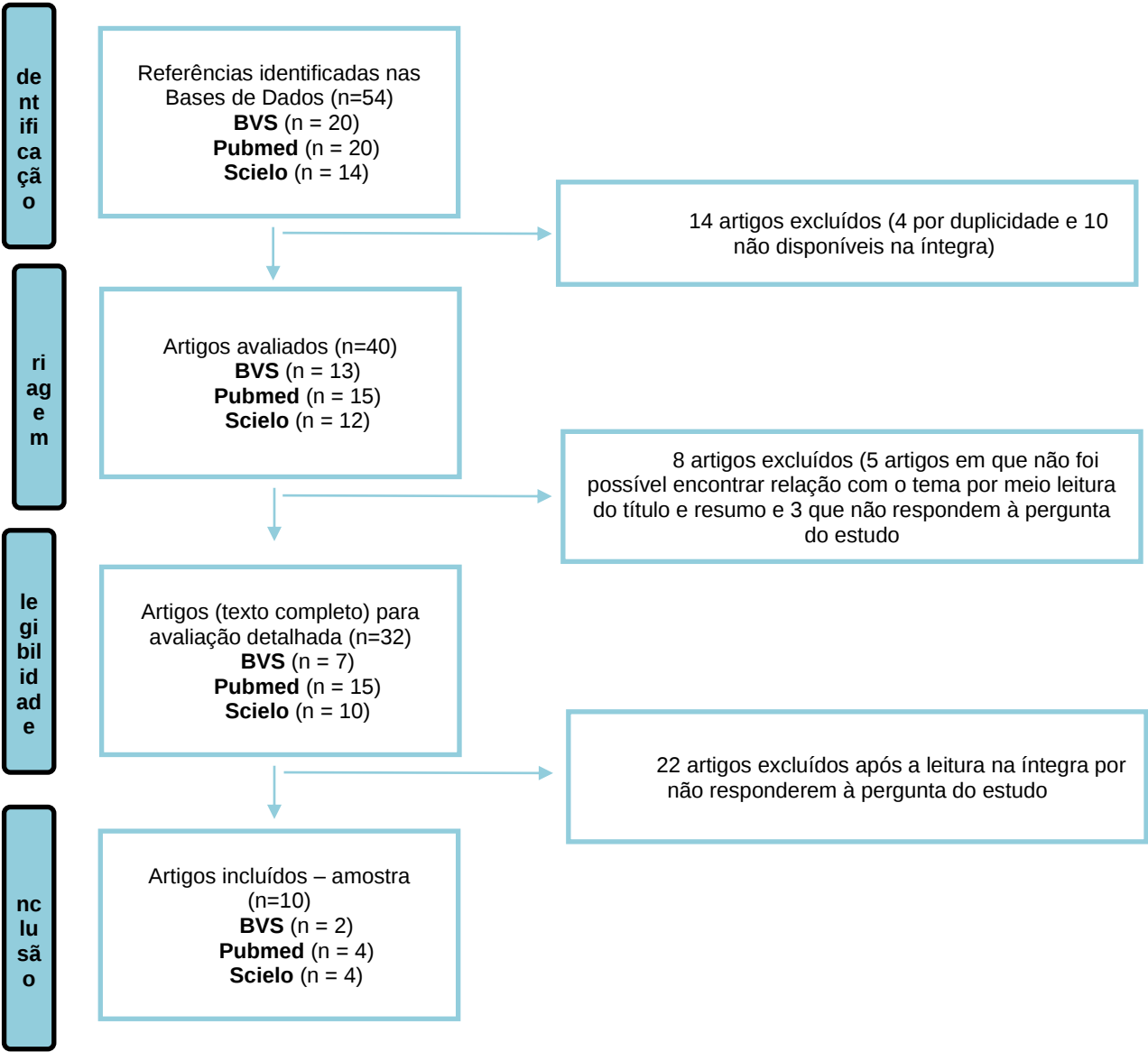
Quadro 1. Estratégias de busca com o operador booleano AND

BASES DE DADOS	ESTRATEGIA DE BUSCA
MEDLINE via BVS	Automedicação AND Efeitos adversos
LILACS via BVS	Automedicação AND Efeitos adversos
SciELO	Automedicação AND Efeitos adversos
Google Acadêmico	Automedicação AND Efeitos adversos

Fonte: Os autores (2024).

Os resultados foram organizados em um gerenciador de referências, onde foram eliminadas as duplicatas. Na fase de Triagem, os títulos e resumos dos artigos foram revisados de forma independente por dois pesquisadores, e aqueles que não correspondiam aos critérios de inclusão foram excluídos. Em seguida, na etapa de Elegibilidade, os artigos selecionados foram analisados em texto completo, verificando-se a adequação aos critérios de elegibilidade previamente estabelecidos, como ano de publicação, idioma e pertinência ao tema. Finalmente, na fase de Inclusão, os estudos que cumpriram todos os critérios foram integrados à análise final e passaram pela extração e síntese de dados para a discussão dos resultados.

Fluxograma 1. Identificação dos estudos a partir das bases de dados.



Fonte: Autores, 2024

3. Resultados e Discussão

Os fármacos são substâncias utilizadas para prevenir, diagnosticar, tratar ou aliviar doenças e seus sintomas. Eles atuam no organismo por meio de mecanismos bioquímicos, interagindo com receptores e enzimas para modificar processos fisiológicos. Cada classe possui uma composição química específica que determina suas propriedades terapêuticas. Essa diversidade permite que tratamentos sejam desenvolvidos para uma ampla gama de condições, desde infecções até doenças crônicas. No entanto, a complexidade das interações entre essas substâncias e o organismo humano torna essencial o acompanhamento profissional durante seu uso, assegurando eficácia e minimizando riscos¹¹. Do ponto de vista farmacológico, os produtos podem ser classificados em diversas categorias, como analgésicos, anti-inflamatórios, antibióticos e antissépticos, cada um com funções distintas. Os analgésicos, por exemplo, são utilizados para aliviar a dor, enquanto os antibióticos combatem infecções bacterianas¹². Essa classificação ajuda profissionais de saúde a prescrever a terapia apropriada com base na condição clínica do paciente. O conhecimento sobre as características farmacológicas de cada substância é fundamental para garantir um uso seguro e eficaz, o que é frequentemente negligenciado na prática da automedicação¹³.

A partir desta prática, esses medicamentos podem apresentar efeitos colaterais, que são reações adversas indesejadas que ocorrem como resultado do seu uso. Esses efeitos podem variar de leves, como náuseas, a graves, como reações alérgicas ou toxicidade. A predisposição a esses efeitos é influenciada por fatores como genética, idade e presença de outras condições de saúde. Portanto, a consulta a um profissional de saúde é essencial para avaliar os potenciais riscos associados a um tratamento, prevenindo complicações que podem surgir em decorrência do uso inadequado, como acontece na automedicação¹⁴. Além dos efeitos colaterais, a interação entre diferentes fármacos pode levar a consequências indesejadas. Quando um paciente usa múltiplas substâncias, o risco de interações aumenta, podendo resultar em efeitos adversos ou na diminuição da eficácia terapêutica. Por exemplo, alguns compostos podem inibir ou potencializar a ação de outros, alterando seus níveis no organismo. Essa interação é um aspecto crucial a ser considerado na farmacoterapia, reforçando a importância de um acompanhamento médico na administração de fármacos, especialmente em casos de automedicação, onde a falta de supervisão pode resultar em graves consequências¹⁵.

Outro aspecto relevante é a resistência a essas substâncias, especialmente no caso de antibióticos. O uso indiscriminado e inadequado contribui para o surgimento de cepas bacterianas resistentes, tornando infecções previamente tratáveis mais difíceis de combater. Esse fenômeno não apenas compromete a saúde individual, mas também representa um risco à saúde pública, uma vez que infecções resistentes podem se espalhar rapidamente na comunidade. A automedicação com antibióticos é uma prática comum que agrava esse problema, demonstrando a necessidade urgente de conscientização sobre o uso responsável¹⁶. A compreensão sobre o que são fármacos e suas características é fundamental para promover uma abordagem mais segura em relação ao seu uso. O papel do profissional de saúde é essencial nesse processo, garantindo que os pacientes recebam orientações adequadas sobre a prescrição, administração e monitoramento. Essa orientação é crucial para evitar a automedicação, que muitas vezes surge da percepção de que esses produtos podem ser usados de forma segura sem supervisão. A educação em saúde é uma ferramenta poderosa para capacitar os indivíduos a reconhecerem os riscos associados ao uso inadequado¹⁷.

A automedicação, que consiste no uso de medicamentos sem a orientação de um profissional de saúde, pode parecer uma solução prática e rápida para problemas de saúde menores. No entanto, essa prática pode acarretar sérios riscos à saúde pública. Os problemas associados à automedicação incluem efeitos adversos inesperados, interações medicamentosas perigosas, resistência a medicamentos, e a exacerbação de condições preexistentes. Esses riscos são evidentes nos dados de intoxicação por medicamentos, que destacam o impacto significativo da automedicação na saúde pública¹⁸. Diante disso, foram selecionados alguns artigos para argumentação dos resultados (Quadro 2)

Quadro 2. Artigos selecionados para embasamento dos resultados.

Autor/ano	Titulo	Objetivo	Resultados
Andrade, Cunha, Holanda, Coutinho, Verde e Oliveira ¹⁹ (2020)	Caracterização do perfil das intoxicações medicamentosas por automedicação no Brasil, de 2010 a 2017	Analisar o perfil clínico e epidemiológico de indivíduos com intoxicações decorrentes da prática da automedicação no Brasil.	Foram notificados 565.271 casos por agentes tóxicos no período de 2010-2017 no Brasil. Destes, verificou-se que o medicamento foi o agente tóxico mais frequente, correspondendo a 298.976 (52,8%) do total de casos. A circunstância predominante do uso do agente tóxico-medicamento ocorrido foi acidental, 42.968 (36,3%) casos.
Santana, Sousa e Araújo ²⁰ (2023)	Investigação epidemiológica dos casos de intoxicação medicamentosa exógena decorrentes de automedicação no estado do Piauí	investigar dados epidemiológicos relacionados aos casos de intoxicação exógena por medicamentos decorrentes de automedicação no estado do Piauí (2011 a 2022)	Foram detectados 388 casos de intoxicação por automedicação; e, por meio desse total, verificou-se que 67,53% eram do sexo feminino, 42,27% tinham entre 20-39 anos, 8,25% possuíam Ensino Médio Completo e 14,18% foram notificados no ano de 2018, sendo a capital Teresina (28,31%) e o município de Pedro II (28,04%) com os maiores percentuais de notificações registradas.
Timóteo et al. ²¹ (2020)	Panorama das intoxicações associadas ao uso de medicamentos registrados no Brasil	Quantificar e analisar os casos notificados de intoxicação medicamentosa no Brasil.	Foram estudados 224.901 casos de intoxicação medicamentosa no período supracitado, e por meio desses casos verificou-se que houve um aumento gradativo no número de notificações ao longo dos anos estudados, 28% em 2017. Dos casos notificados 51% pertenciam à região sudeste. O sexo feminino foi predominante, correspondendo a 70% dos casos.
Ferreira e Carvalho ²² (2021)	A influência da propaganda de medicamentos na prática da automedicação: um problema de saúde pública	Relatar um problema de saúde pública mundial e as seus principais motivos.	Considerada como problema de saúde pública mundial, a automedicação está enraizada na população desde o tempo das sociedades primitivas.
Suzuki, Uchiya, Sakai, Takahashi e Ohtsu ²³ (2022)	Intervenções do farmacêutico em fatores que contribuem para erros de medicação reduzem erros de medicação na autogestão de pacientes na enfermaria de reabilitação	Avaliar a importância da intervenção farmacêutica na automedicação	As proporções de ocorrências de erros de medicação durante os períodos de um farmacêutico e dois farmacêuticos foram de 41% (71/173) e 28% (51/180) (risco relativo 0,690, intervalo de confidencialidade de 95% 0,515-0,925), respectivamente. A proporção de intervenções do farmacêutico em fatores de medicação no período de um farmacêutico foi de 13% (22/173) e 22% (40/180) no período de dois farmacêuticos; houve um aumento na proporção de intervenções do farmacêutico em fatores de medicação no período de dois farmacêuticos.

Ylä-Rautio, Siissalo e Leikola ²⁴ (2020)	Problemas relacionados a medicamentos e intervenções farmacêuticas em medicamentos sem receita, com foco em medicamentos de alto risco de venda livre	Determinar o número e a natureza dos problemas relacionados a medicamentos em medicamentos de venda livre, com ênfase especial em medicamentos de venda livre de alto risco	As 52 farmácias comunitárias documentaram 339 problemas relacionados a medicamentos em 0,6% dos clientes de venda livre, sendo o problema mais comum "Incerteza sobre a indicação do medicamento" (39,2%). Uma proporção significativa dos problemas documentados (26,3%) envolveu medicamentos de alto risco de venda livre, e a maioria desses casos foi associada a medicamentos anti-inflamatórios não esteroides (21,8%). No total, as farmácias fizeram 641 intervenções para resolver os problemas relacionados aos medicamentos. Para a maioria dos problemas relacionados aos medicamentos (87%), a intervenção do farmacêutico envolveu aconselhamento. Em mais da metade dos casos problemáticos, a intervenção da farmácia foi preventiva.
Pons, Pizzol, Knauth e Serrate ²⁵ (2023)	Automedicação em crianças de 0 a 12 anos no Brasil: um estudo de base populacional	Estimar e caracterizar a prevalência da automedicação na população brasileira de crianças de até 12 anos	A prevalência de automedicação foi de 22,2%, sendo mais frequente em crianças maiores, pertencentes a famílias mais pobres e sem plano de saúde. As condições agudas para as quais houve maior frequência de automedicação foram dor, febre e resfriado/rinite alérgica. Entre os medicamentos mais utilizados para automedicação, destacaram-se os analgésicos/antitérmicos.
Guarda, Galetti, Santos e Marchioni ²⁶ (2024)	Casos de automedicação notificados a um centro de informação toxicológica no Brasil de 2014 a 2020	Avaliar o perfil clínico e epidemiológico de pacientes expostos e/ou intoxicados por diferentes medicamentos por meio da automedicação.	Foram identificados 683 casos de automedicação. A maioria dos pacientes era do sexo feminino (62,8%) e tinha entre 20 e 29 anos (26,1%). Em apenas 22,8% dos casos foi administrada uma dose tóxica de uma substância, tendo sido registrados cinco óbitos. Os medicamentos mais utilizados foram os ansiolíticos (18%), seguidos dos analgésicos e antitérmicos (15,4%). O paracetamol foi o medicamento utilizado em três dos cinco casos que resultaram em óbitos.
Rotta, Lima e Tonin ²⁷ (2023)	Papel da farmácia comunitária e do farmacêutico no autocuidado no Brasil	Investigar como as farmácias contribuem para práticas de autocuidado e saúde pública no Brasil, destacando sua importância como ponto de acesso inicial para pacientes.	A automedicação é prevalente, com taxas variando de 16,1% a 35,0%, destacando o uso significativo de medicamentos sem receita, que representam mais de 25% do mercado. Essa prática resulta em economia para o Sistema Único de Saúde, reduzindo consultas desnecessárias. Serviços como controle de peso e cessação do tabagismo são amplamente utilizados, embora a integração desses serviços ainda enfrente barreiras, como a falta de padronização e questões de remuneração. Há uma necessidade urgente de melhorias na comunicação e no financiamento para fortalecer as práticas de autocuidado no país.

Ghodkhande, Choudhari e Gaidhane ²⁸ (2023)	Práticas de automedicação na população geriátrica: uma revisão sistemática da literatura	Investigar a prevalência e os motivos da automedicação na população geriátrica, especialmente em relação ao uso de medicamentos de venda livre (OTC).	O estudo revelou uma alta prevalência de automedicação entre a população idosa, com a maioria dos participantes recorrendo a medicamentos de venda livre adquiridos em farmácias. As condições mais frequentemente tratadas por automedicação incluem dor abdominal, dor de cabeça, tosse e febre. Apesar de muitos idosos estarem cientes dos riscos associados a essa prática, ela continua a ser comum, muitas vezes motivada por experiências anteriores e recomendações de familiares e amigos.
---	--	---	--

Fonte: Autores, 2024

Os autores Andrade, Cunha, Holanda, Coutinho, Verde e Oliveira¹⁹ (2020), ressaltam em seu estudo o perfil de intoxicações medicamentosas e sua caracterização, sendo visto durante o período de 2010 a 2017 a automedicação no Brasil apresentou registros de 565,271 casos de intoxicação por agentes tóxicos. Podendo ser evidenciado que esse grande índice está relacionado com os medicamentos e seu uso inadequado e indiscriminado¹⁹.

Figura 1. Notificações por Agente Tóxico segundo Ano 1º Sintoma (s), no período de 2010-2017, Brasil

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total (n/%)
	n	n	n	n	n	n	n	n	
Medicamento	18.026	25.133	31.564	37.092	40.586	41.050	44.188	61.337	298.976 (52.8%)
Agrotóxico agrícola	2.996	3.427	3.808	4.924	4.882	4.424	4.498	5.068	34.027 (6.01%)
Raticida	3.381	4.441	5.038	4.815	5.078	5.190	4.785	5.222	37.950 (6.71%)
Cosmético	403	583	783	1.030	1.126	1.160	1.170	1.496	7.751 (1.37%)
Drogas de abuso	3.881	6.421	9.287	12.133	13.617	12.348	13.130	17.869	88.686 (15.6%)
Ign/Branco	5.926	7.125	10.113	11.047	10.638	10.170	10.322	12.757	78.098 (13.8%)
Outros	1.113	1.501	1.777	3.718	2.562	2.640	2.545	3.927	19.783 (3.49%)
Total	35.726	48.631	62.370	74.759	78.489	76.982	80.638	107.676	565.271

Fonte: Ministério da Saúde/SV – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan Net, 2020.

Os dados também revelam que, entre os casos de intoxicação por medicamentos, 42.968 (36,3%) foram classificados como ocorrências acidentais. Os autores destacam que essa elevada porcentagem de intoxicações acidentais sugere uma falta de conhecimento ou de cuidados adequados na administração e armazenamento dos medicamentos. O fato de que a maioria das intoxicações se deve a erros acidentais ressalta a necessidade de educação sobre práticas seguras de uso e armazenamento de medicamentos para prevenir tais incidentes. Em termos de evolução dos casos, a maioria das intoxicações, 249.372 (84,9%), evoluiu para cura sem danos. Os autores explicam que, embora a alta taxa de recuperação sem danos seja um dado positivo, não deve diminuir a seriedade do problema. Mesmo sem danos graves, as intoxicações por medicamentos ainda representam uma questão significativa para a saúde pública, pois evidenciam o impacto do uso inadequado e o potencial para eventos adversos graves¹⁹.

Os dados também mostram um aumento proporcional nas notificações ao longo dos anos, o que pode refletir tanto uma melhoria na conscientização e nos sistemas de notificação quanto um aumento real na prática de automedicação. A região Sudeste do Brasil, particularmente o estado de São Paulo, apresentou a

maior prevalência de casos, com 51% dos registros. Segundo os autores, essa alta prevalência pode estar associada a fatores como a densidade populacional mais elevada e o acesso mais amplo a medicamentos nessas regiões. O aumento das notificações em áreas mais populosas pode indicar que a automedicação é mais frequente e visível em locais com maior acesso a medicamentos. Através desses resultados fica evidente que a automedicação apresenta -se com um desafio significativo para a saúde pública no Brasil. Ao abordar esse problema, é necessário desenvolver a implementação de estratégias ligadas a conexão e a conscientização, no mais, envolvendo os riscos da automedicação e a grande importância da orientação médica adequada. Com isso, resultando na melhora da regulamentação e do controle sobre o uso de medicamentos, bem como, proporcionar o fornecimento de informações claras e acessíveis sobre os mesmos, para que seja possível minimizar os casos de intoxicação ao garantir o uso seguro de medicamentos ¹⁹.

Além do mais, em simultâneo a este estudos, Santana, Sousa e Araújo²⁰ (2023) promovem dados específicos sobre o perfil de indivíduos dentro da população que são mais propensos a automedicação. E diante de seus achados, os autores identificaram que a automedicação representa um problema relevante de saúde pública, causando consequências graves para os indivíduos. Com isso, os resultados obtidos relatam que o perfil de indivíduos afetados pela intoxicação está vinculada a automedicação e levanta em pauta a necessidade de estratégias direcionadas a mitigar os riscos associados a essa prática. Entre os 388 casos de intoxicação identificados, 67,53% eram do sexo feminino. Esse dado sugere uma prevalência significativamente maior de intoxicações por automedicação entre as mulheres. Uma possível explicação para essa maior incidência pode estar nos padrões de busca de cuidados e autocuidado, que são frequentemente mais pronunciados entre as mulheres. Elas podem recorrer à automedicação como uma solução rápida para problemas de saúde menores, muitas vezes devido à falta de tempo ou ao desejo de evitar consultas médicas. Além disso, fatores hormonais e fisiológicos podem influenciar a forma como as mulheres metabolizam certos medicamentos, tornando-as potencialmente mais suscetíveis a efeitos adversos²⁰.

Outro aspecto pode ser evidenciado é a faixa etária, onde 42, 27% dos casos ocorreram em pessoas com idade entre 20 a 29 anos. Esse grupo etário está frequentemente lidando com diversos fatores como estresses profissionais e pessoais, o que pode promover o uso frequente de medicamentos como uma forma de solução rápida para os problemas de saúde existentes. As pessoas que estão dentro dessa faixa etária apresentam também amplo acesso de informações sobre os medicamentos, porém, podem possuir menos experiências práticas com os riscos associados a automedicação e isso pode contribuir para uma elevada incidência de intoxicações. Em complemento, também pode ser identificado que o nível educacional dos indivíduos afetados também é um fator significativo. Entre os casos, é visto que 8,25% foram registrados entre pessoas com Ensino Médio Completo. Esses dados acentuam que embora a automedicação é uma prática realizada por indivíduos de diferentes níveis educacionais, há uma prevalência notável entre aqueles que possuem uma educação formal que pode não apresentar uma compreensão completa sobre o uso seguro de medicamentos. Uma vez que a falta de conhecimento específico pode influenciar na tomada de decisões inadequadas referente a utilização de medicamentos, destacando assim, a necessidade de programas educativos direcionados a prevenção e conscientização sobre a automedicação ²⁰.

Os dados de notificações revelam que 14,18% dos casos foram registrados no ano de 2018, com as maiores porcentagens ocorrendo na capital Teresina (28,31%) e na cidade de Pedro II (28,04%). As altas porcentagens de notificações nessas áreas podem refletir não apenas um maior número de casos, mas também a eficácia dos sistemas de notificação e a disponibilidade de recursos para registrar e monitorar esses eventos. A concentração de casos em locais específicos pode sugerir a necessidade de intervenções de saúde pública adaptadas a essas regiões, levando em consideração o acesso a medicamentos e as práticas de automedicação locais. Além disso, a identificação das características epidemiológicas é essencial para melhorar as abordagens de saúde pública. A prevalência de intoxicação por automedicação entre mulheres e indivíduos de 20 a 39 anos, juntamente com as variações regionais nas notificações, destaca a necessidade de estratégias direcionadas. Campanhas de educação em saúde e políticas públicas devem focar nesses grupos específicos, fornecendo informações e recursos para reduzir o uso inadequado de medicamentos e melhorar a conscientização sobre os riscos associados à automedicação²⁰.

O estudo realizado por Timóteo et al.²¹ (2020) complementa e corrobora com o trabalho de Santana, Sousa e Araújo, fornecendo uma visão detalhada sobre o perfil da automedicação no Brasil. Primeiramente, os autores afirmam que há uma concentração de 51% dos casos notificados na Região Sudeste do país, e isso reflete um padrão de distribuição que pode ser explicado por fatores como a densidade populacional e a urbanização dessa região. A Região Sudeste, que inclui estados como São Paulo e Rio de Janeiro, possui grandes centros urbanos e uma infraestrutura de saúde mais robusta, o que facilita a notificação de casos de intoxicação. A presença de mais hospitais e unidades de emergência também contribui para uma maior

detecção e registro desses eventos. O predomínio do sexo feminino, que representa 70% dos casos, pode ser atribuído a uma série de fatores socioeconômicos e culturais, como também foi abordado por Santana, Sousa e Araújo¹² (2023). Esse resultado demonstra que as mulheres têm uma maior propensão a buscar cuidados médicos e a se automedicar, o que pode resultar em uma maior incidência de intoxicações. Além disso, questões relacionadas a transtornos mentais, como depressão e ansiedade, que são mais prevalentes entre as mulheres, podem levar a um uso inadequado de medicamentos e aumentar o risco de intoxicações²¹.

Entre as circunstâncias das intoxicações, aos autores afirmam que a tentativa de suicídio foi a mais notificada, com 59% dos casos. Este dado destaca a necessidade urgente de abordagens mais eficazes para a prevenção do suicídio e de suporte psicológico para indivíduos em risco. A automedicação, muitas vezes associada a tentativas de suicídio, pode indicar a presença de problemas psicológicos profundos, e as políticas de saúde devem focar não apenas na regulação do uso de medicamentos, mas também na oferta de apoio psicológico e emocional. Os autores afirmam que a predominância da classificação final como intoxicação confirmada, representando 68% dos casos, sugere uma proximidade considerável na identificação e diagnóstico das intoxicações. Esse alto percentual pode refletir um avanço na capacidade dos serviços de saúde de diagnosticar e relatar com precisão os casos de intoxicação, além de uma maior conscientização sobre a importância da notificação desses eventos²¹.

O estudo de Ferreira e Carvalho²² (2021) demonstra que esses percentuais apresentados nos estudos anteriores podem ser justificados pela influência midiática. Os autores afirmam que há uma influência significativa da propaganda de medicamentos na prática de automedicação, especialmente entre populações de baixa escolaridade e acesso limitado a cuidados de saúde. A propaganda de medicamentos isentos de prescrição (MIPs) atua como um catalisador para a automedicação ao promover o consumo desses fármacos de forma superficial, destacando benefícios e omitindo riscos, como efeitos adversos e contraindicações. A influência ocorre porque as campanhas publicitárias, especialmente em meios de comunicação amplamente acessíveis, como o rádio e a televisão, atingem diretamente grandes audiências, particularmente das classes C e D. Essas propagandas podem induzir o público a consumir medicamentos sem orientação médica, levando ao agravamento de doenças, uso de produtos ineficazes e aumento da demanda nos serviços de saúde pública devido a intoxicações e outros problemas relacionados ao uso inadequado de fármacos. A falta de discernimento crítico por parte de indivíduos com menor escolaridade torna-os alvos vulneráveis de tais práticas²².

A automedicação, conforme mencionada, é muitas vezes incentivada por uma combinação de fatores, como a recomendação de pessoas leigas, prescrições anteriores e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Isso agrava o problema de intoxicação, interações medicamentosas e disfarce de condições médicas mais graves, uma vez que o diagnóstico adequado não é realizado. O estudo identifica que os analgésicos e os relaxantes musculares são fármacos mais utilizados. Esse comportamento evidencia a combinação de influência publicitária, desinformações e dificuldade de acesso a profissionais de saúde, o que resulta em situações ainda mais perigosas dada a maior sensibilidade dos idosos aos efeitos colaterais medicamentosos. Com isso, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ressalta que uma das principais causas da medicação são as grandes quantidades de propagandas de medicamentos. Além do mais, a ausência de conhecimento sobre os efeitos adversos, bem como, a falta de orientação farmacêutica são as principais causas da automedicação. Diante disso, os autores afirmam que é de extrema importância a presença de um farmacêutico para a promoção do uso racional de medicamentos. É através da atenção farmacêutica que as medidas necessárias são tomadas, podendo esse profissional auxiliar na conscientização da população e a redução da automedicação²².

O projeto de Monitoração da Propaganda de Medicamentos, implementado pela ANVISA, é uma proposta que visa regulamentar e monitorar as propagandas de medicamentos, promovendo limitar a influência negativa da publicidade sobre o comportamento dos consumidores. Desde a resolução 102/00 a ANVISA junto com várias universidades públicas tem buscado incluir informações obrigatórias sobre a contraindicação e precauções nas propagandas. Devido a isso o projeto busca ampliar a discussão sobre a propaganda de medicamentos para a comunidade acadêmica e a mídia, com o objetivo de educar o público e minimizar os danos causados pela automedicação²².

Em complemento a ação do farmacêutico o estudo de Suzuki, Uchiya, Sakai, Takahashi e Ohtsu²³ (2022) demonstra que a presença de um farmacêutico em uma unidade de saúde reduz as chances de erros e de automedicação. Os resultados apresentados indicam que a presença de dois farmacêuticos em um ambiente de trabalho reduz significativamente a ocorrência de erros de medicação. A proporção de erros caiu de 41% no período em que havia apenas um farmacêutico para 28% quando havia dois, mostrando um risco relativo de 0,690 (intervalo de confiança de 95% de 0,515-0,925). Esse dado é significativo, pois demonstra

que o número de intervenções dos farmacêuticos é fundamental para reduzir erros e aumentar a segurança no uso de medicamentos.

A justificativa para esse resultado pode ser compreendida ao se considerar que, com dois farmacêuticos presentes, há mais capacidade para verificar prescrições, esclarecer dúvidas dos pacientes e identificar possíveis interações medicamentosas ou contraindicações. Isso aumenta a eficiência da equipe na identificação de potenciais erros, como dosagens incorretas, erros na dispensação ou omissões de informações críticas. Além disso, dois farmacêuticos podem compartilhar responsabilidades e manter um monitoramento mais rigoroso do processo de medicação, o que muitas vezes não é possível com apenas um profissional devido à carga de trabalho. A intervenção do farmacêutico é especialmente importante porque esses profissionais têm o conhecimento técnico necessário para identificar problemas que o paciente, médico ou outro profissional de saúde talvez não perceba. Durante o período com dois farmacêuticos, a proporção de intervenções aumentou de 13% para 22%, o que também corrobora a ideia de que a presença de mais de um farmacêutico proporciona uma atuação mais proativa e eficaz²³.

O profissional farmacêutico apresenta papel fundamental no combate a automedicação, sendo ainda mais relevante na promoção da redução de erros de medicação e intervenção de forma ativa. Com isso, o profissional contribui diretamente para evitar o uso inadequado de medicamentos, uma vez, que essa prática ocorre de forma exacerbada, principalmente em decorrência da automedicação. Devido a isso, a presença do farmacêutico é de orientar o uso racional de fármacos, já que indivíduos que fazem a automedicação muitas vezes apresentam falta de acesso na orientação adequada ou as vezes realizam o ato ao serem motivados por informações equivocadas²³.

Em complemento a essa informação, os autores Ylä-Rautio, Siissalo e Leikola²⁴ (2020) apresentaram em seu estudo que um dos principais problemas com medicamentos é a automedicação e má adesão devido a falta de informação. Os autores afirmam que a automedicação é um problema central no uso de medicamentos, particularmente em farmácias comunitárias, onde foram documentados 339 problemas relacionados a medicamentos em 0,6% dos clientes que adquiriram produtos de venda livre. O problema mais comum observado foi a incerteza sobre a indicação do medicamento, representando 39,2% dos casos. Esse percentual elevado evidencia a falta de clareza dos pacientes sobre quando e como utilizar corretamente os medicamentos adquiridos sem prescrição médica. A automedicação, muitas vezes incentivada pela facilidade de acesso a esses produtos, contribui para a incerteza e o uso inadequado, uma vez que muitos clientes compram medicamentos sem orientação profissional adequada.

Adicionalmente, 26,3% dos problemas relatados envolveram medicamentos de alto risco, com destaque para os anti-inflamatórios não esteroides (AINEs), que estiveram presentes em 21,8% dos casos. O uso indiscriminado de AINEs é comum na automedicação devido à sua venda livre e à percepção equivocada de que são medicamentos "seguros". Contudo, esses fármacos podem provocar sérios efeitos adversos, como problemas gástricos, cardiovasculares e renais, especialmente quando usados sem acompanhamento médico. O alto índice de problemas associados a medicamentos de alto risco reflete a vulnerabilidade de consumidores que, sem orientação adequada, recorrem a essas opções sem considerar os riscos envolvidos. As farmácias comunitárias realizaram 641 intervenções para lidar com os problemas relacionados aos medicamentos, e, em 87% dos casos, as intervenções consistiram em aconselhamento farmacêutico. Isso sublinha o papel fundamental do farmacêutico em fornecer informações cruciais aos pacientes, especialmente no contexto da automedicação. A necessidade de aconselhamento revela que muitos clientes carecem de conhecimento sobre o uso correto dos medicamentos e os riscos potenciais, o que aumenta a importância de uma intervenção educativa no ponto de venda. Além disso, em mais da metade dos casos, as intervenções foram de natureza preventiva, o que reforça a ideia de que a automedicação pode levar a problemas graves se não houver uma supervisão adequada²⁴.

A crescente prática de automedicação, especialmente entre crianças, destaca a necessidade urgente de intervenções educativas e de orientação médica no contexto das farmácias comunitárias. Os dados mostram que, enquanto as farmácias realizam intervenções significativas para apoiar o uso seguro de medicamentos, muitos pacientes, incluindo os mais vulneráveis, continuam a carecer de informações adequadas. Nesse cenário, Pons, Pizzol, Knauth e Serrate²⁵ (2023) afirmaram que a prevalência de automedicação em crianças foi de 22,2%, sendo mais comum entre aquelas de famílias mais pobres e sem plano de saúde. Esse comportamento pode ser atribuído à falta de acesso regular a consultas médicas, levando os responsáveis a recorrerem à automedicação como uma solução prática e financeiramente viável. Além disso, crianças mais velhas são mais frequentemente automedicadas, provavelmente pela percepção dos cuidadores de que sintomas semelhantes previamente tratados justificam o uso repetido de medicamentos, sem a necessidade de orientação médica. A ausência de assistência adequada em saúde contribui para a dependência de medicamentos de venda livre e orientações informais.

Os autores também relataram que as condições agudas mais frequentemente tratadas com automedicação foram dor, febre e resfriados/rinite alérgica. O uso predominante de analgésicos e antitérmicos nessas situações reflete a crença generalizada de que esses medicamentos são seguros e de fácil acesso, embora possam trazer riscos consideráveis, como efeitos adversos e interações medicamentosas em crianças. Além disso, a automedicação para sintomas comuns, como a rinite alérgica, evidencia uma falta de educação em saúde, permitindo o uso inadequado e recorrente de medicamentos sem o devido acompanhamento médico, o que pode agravar ou mascarar condições mais graves²⁵.

A automedicação não se limita apenas a um grupo específico, mas sim, permeia diversas demografias, considerando-se uma situação que provoca grande preocupação. Guarda, Galetti, Santos e Marchioni²⁶ (2024) relatam o surgimento de 683 casos de automedicação identificados, onde a maioria era composta por mulheres (62, 8%) com idades entre 20 a 29 anos (26,1%). Esse padrão é explicado por fatores comportamentais e culturais. Dentro desse índice as mulheres jovens tendem a ser mais preocupadas com questões de saúde e por isso, buscam soluções rápidas para sintomas físicos ou emocionais sem que haja a consulta de um profissional de saúde. Além disso, essa faixa etária é sujeita a fatores estressores, envolvendo profissionais e pessoas que podem realizar o uso indiscriminado de medicamentos para aliviar desconfortos momentâneos. Entretanto, é visto como grande preocupação que 22,8% dos casos tenha ocorrido uma administração de doses tóxicas, sugerindo desconhecimento ou desconsiderando os limites seguros e apropriados para o uso de substâncias.

Uma dessas estratégias é a realização de campanhas de conscientização em saúde pública, que devem focar nos riscos da automedicação e na importância de consultar profissionais de saúde antes de tomar qualquer medicamento. Com isso, é de fundamental importância capacitar profissionais da saúde, como farmacêuticos e enfermeiros, para que esses possam fornecer orientações detalhadas e preventivas sobre o uso de medicamentos. Uma vez que esses profissionais são os primeiros a serem consultados em casos de automedicação e sua orientação pode evitar o uso inadequado dessas substâncias. Já que a automedicação é feita como uma resposta as questões emocionais ou de estresse. Diante disso, o profissional farmacêutico deve promover apoio psicológico e emocional. Para auxiliar a população são desenvolvidos programas voltados para o manejo do estresse e a promoção do bem-estar que podem reduzir a necessidade de recorrer a medicamentos sem prescrição. Envolvendo o desenvolvimento de grupos de suporte e oficinas de saúde mental como ferramentas importantes para ajudar indivíduos a gerenciar emoções, bem como, estimular a troca de experiências de maneira consciente²⁶.

Além disso, os autores afirmaram que os medicamentos mais utilizados foram os ansiolíticos (18%), seguidos de analgésicos e antitérmicos (15,4%), o que reflete a busca por alívio rápido de sintomas relacionados ao estresse e dores comuns, como cefaleias ou febres. O uso frequente de paracetamol, identificado em três dos cinco casos de óbito, expõe os perigos do uso indiscriminado de medicamentos de venda livre, que, apesar de serem amplamente considerados seguros, podem causar toxicidade grave quando usados em excesso. O paracetamol, em particular, é conhecido por causar danos hepáticos em doses elevadas, o que pode ser fatal. Esses dados reforçam a necessidade de maior controle na dispensação de medicamentos e da educação da população sobre os riscos da automedicação, especialmente para substâncias aparentemente inofensivas²⁶.

Rotta, Lima e Tonin²⁷ (2023) afirmaram que, no Brasil, os serviços de farmácia ainda não estão plenamente integrados ao sistema de saúde, como acontece em outros países, o que compromete o combate eficaz à automedicação. O farmacêutico desempenha um papel essencial na orientação dos pacientes quanto ao uso correto de medicamentos, prevenindo o uso indiscriminado e os riscos associados à automedicação. Esse profissional é capacitado para identificar sintomas que demandam atenção médica, aconselhar sobre o uso adequado de medicamentos de venda livre e evitar interações perigosas ou o uso inadequado de doses. Além disso, o farmacêutico pode educar os pacientes sobre os riscos de certas substâncias, como o paracetamol, que, embora comum, pode ser fatal em doses inadequadas. A atuação do farmacêutico na linha de frente é fundamental para reduzir os casos de automedicação e prevenir complicações graves associadas ao uso irresponsável de medicamentos.

Contudo, os autores apontam que no Brasil, a integração plena dos serviços de cuidado farmacêutico enfrenta diversas barreiras, limitando seu alcance em muitas regiões. Entre os desafios estão a falta de padronização dos processos, desde o desenho até a implementação dos serviços, além da indefinição sobre a remuneração do farmacêutico e os valores a serem cobrados pelos serviços prestados. Em áreas de menor infraestrutura, a oferta de serviços farmacêuticos é prejudicada pela falta de incentivo financeiro e pelo financiamento inadequado do autocuidado, tanto no setor público quanto no privado. A ausência de uma regulamentação clara e padronizada dificulta a expansão desses serviços, que poderiam auxiliar no combate à automedicação em larga escala, especialmente em comunidades onde o acesso a cuidados médicos é

limitado. O fortalecimento da comunicação entre as partes interessadas e a criação de políticas de financiamento mais robustas são, portanto, cruciais para expandir a atuação dos farmacêuticos e melhorar o autocuidado no Brasil²⁷.

Além disso, o aumento da automedicação entre a população idosa, frequentemente motivado por comorbidades e a busca por alívio rápido, é uma preocupação crescente no âmbito da saúde pública. O estudo de Ghodkhande, Choudhari e Gaidhane²⁸ (2023) revela que a maioria dos idosos recorre a medicamentos de venda livre (OTC) adquiridos em farmácias privadas, destacando a falta de seriedade em relação às possíveis consequências do uso inadequado. Condições comuns, como dor abdominal, dor de cabeça e febre, são frequentemente tratadas de forma independente, o que eleva o risco de reações adversas a medicamentos. Embora a consciência sobre esses riscos exista, muitos idosos continuam a optar pela automedicação, guiados por experiências anteriores e recomendações de familiares, o que enfatiza a necessidade de intervenções educativas direcionadas a essa faixa etária. A atuação dos farmacêuticos é fundamental para reduzir os riscos associados à automedicação entre idosos. Esses profissionais têm a capacidade de oferecer aconselhamento apropriado, educando os pacientes sobre os perigos do uso indiscriminado de OTC e promovendo práticas seguras de medicação²⁸.

O projeto de lei PL 1.108/2021, que inclui campanhas permanentes contra a automedicação no SUS, representa um avanço significativo na promoção do uso racional de medicamentos no Brasil. Ao incluir essa medida na Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990), a proposta visa educar a população sobre os riscos associados à automedicação, como o uso indiscriminado de antimicrobianos, que contribui para o aumento da resistência bacteriana — um problema grave de saúde pública. Além disso, a automedicação pode mascarar sintomas de doenças mais graves, retardando diagnósticos e tratamentos adequados, o que pode agravar o quadro clínico dos pacientes. A realização de campanhas permanentes é fundamental para disseminar informações de maneira contínua e acessível, reforçando a conscientização sobre os perigos do uso inadequado de medicamentos controlados e sem orientação profissional. Essa estratégia tem potencial para reduzir complicações de saúde relacionadas à automedicação e melhorar a qualidade do atendimento prestado pelo SUS. A aprovação deste projeto reflete uma preocupação com a saúde pública e a segurança dos pacientes, ao incentivar práticas mais seguras no consumo de medicamentos e fortalecer a educação em saúde no país²⁹.

3.1 Discussão

Os resultados dos estudos discutidos revelam um cenário alarmante em relação à automedicação no Brasil, evidenciando impactos significativos nas esferas social, política e educacional. A análise dos dados indica uma prática inadequada de uso de medicamentos, manifestando-se de forma expressiva nos casos de intoxicação reportados no país. É crucial explorar os efeitos dessa prática não apenas na saúde individual, mas também na saúde coletiva, e discutir o papel das políticas públicas e das iniciativas educacionais no enfrentamento desse problema.

As evidências indicam que, entre 2010 e 2017, os medicamentos foram responsáveis por 52,8% dos casos de intoxicação por agentes tóxicos, conforme Andrade, Cunha, Holanda, Coutinho, Verde e Oliveira¹⁹ (2020). Essa informação não apenas sugere um uso irracional, mas também evidencia uma alarmante falta de informação adequada, o fácil acesso a medicamentos e a negligência em relação à orientação médica. Ao examinar as questões populacionais, é possível observar um aumento significativo nas notificações nas regiões mais populosas do Brasil, especialmente no Sudeste. Esse fenômeno pode ser atribuído a uma maior densidade populacional e a uma infraestrutura de saúde mais robusta, que facilita a notificação. Contudo, essa realidade ressalta uma contradição: mesmo em regiões com maior acesso à informação e serviços de saúde, a prática de automedicação continua a prevalecer, sugerindo um padrão de comportamento arraigado que transcende a mera disponibilidade de recursos.

O trabalho de Santana, Sousa e Araújo²⁰ (2023) aprofunda essa análise, revelando uma predominância de casos entre mulheres e jovens adultos. A maior prevalência entre mulheres pode estar associada a padrões de autocuidado mais frequentes, enquanto a faixa etária de 20 a 39 anos representa uma população em fase de intensa atividade social e profissional, sujeita a estresse e ao consumo impulsivo de medicamentos. Ferreira e Carvalho²² (2021) ressaltam a influência da propaganda de medicamentos sobre as práticas de automedicação, especialmente entre populações de menor escolaridade. Essa análise não apenas destaca a vulnerabilidade dos grupos menos informados, mas também critica a falta de regulação da publicidade, que frequentemente promove o uso irresponsável de medicamentos. O elevado índice de intoxicações acidentais sublinha falhas significativas nas políticas de educação em saúde. A carência de conhecimento sobre o uso e armazenamento seguro de medicamentos reflete a insuficiência de campanhas

educativas eficazes. É importante que as estratégias públicas enfatizem a importância da orientação médica e da consulta a profissionais de saúde, como farmacêuticos, para minimizar os riscos de intoxicações. Além disso, o governo e órgãos reguladores, como a ANVISA, devem intensificar a fiscalização e o controle sobre a venda e a publicidade de medicamentos, visando limitar o acesso inadequado e evitar o incentivo à automedicação.

Ao analisar dos resultados de Andrade, Cunha, Holanda, Coutinho, Verde e Oliveira¹⁹ (2020), Santana, Sousa e Araújo²⁰ (2023) e Ferreira e Carvalho²² (2021) é possível observar uma convergência de opiniões sobre a gravidade da automedicação, sendo assim, visto como um problema de saúde pública. Através da análise comparativa é possível ressaltar que todos os autores concordam que essa prática resulta de fatores culturais, socioeconômicos e de acesso inadequado às informações, o que promover a necessidade urgente de intervenções educativas e regulamentares. Enquanto Andrade, Cunha, Holanda, Coutinho, Verde e Oliveira¹⁹ (2020) relatam uma caracterização e a dimensão do problema no Brasil, Santana, Sousa e Araújo²⁰ (2023) enfatizam uma análise focando em grupos vulneráveis, e Ferreira e Carvalho²² (2021) ressaltam o papel da propaganda e a influência midiática na perpetuação dessa prática.

No contexto das políticas públicas, a educação a saúde deve ser uma prioridade, sendo necessário campanhas educativas que direcionem os grupos de vulnerabilidade, como mulheres, jovens adultos, nos quais essas campanhas devem ser adaptadas com a realidade de cada cultura e região. E com isso, o profissional farmacêutico deve desempenhar papel fundamental como educador e orientador sobre o uso correto de medicamentos. Sendo de grande importância ressaltar a necessidade da capacitação de todos os profissionais de saúde para que os mesmos consigam desenvolver um trabalho multiprofissional contra a automedicação e minimizando os dados estatísticos de intoxicações. A solução requer a implementação de políticas públicas que visem não apenas a regulação da venda de medicamentos, mas também a conscientização da população sobre os riscos associados. A educação para a saúde e o fortalecimento do papel do farmacêutico na comunidade são fundamentais para garantir um uso seguro e racional de medicamentos, contribuindo para a diminuição das intoxicações e para a melhoria da saúde pública no Brasil. As medidas sugeridas pelos estudos, como a maior fiscalização da propaganda de medicamentos e o incentivo à educação sanitária, representam passos importantes. Contudo, a transformação real depende de um esforço conjunto entre governo, sociedade civil e profissionais de saúde, além de uma mudança cultural que promova uma maior responsabilidade no uso de medicamentos.

4. Conclusão

A análise apresentada demonstra a gravidade e a complexidade da automedicação no Brasil, evidenciando que esta prática representa um significativo desafio de saúde pública. O elevado número de intoxicações relacionadas ao uso inadequado de medicamentos, em especial entre mulheres e jovens adultos, sublinha a necessidade de intervenções educativas focadas na conscientização sobre os riscos da automedicação e na promoção de um uso mais seguro e informado desses produtos. Embora a maior parte dos casos evolua para a cura sem danos, a alta incidência de intoxicações acidentais e tentativas de suicídio sugere que a falta de educação adequada, tanto em relação ao uso quanto ao armazenamento de medicamentos, continua a ser um problema relevante. Além disso, o predomínio de automedicação entre populações mais vulneráveis, como crianças e pessoas com menor acesso a serviços de saúde, destaca a importância de campanhas de educação voltadas para o uso racional de medicamentos, com ênfase em grupos específicos e áreas de maior prevalência, como a região Sudeste do Brasil. A influência da propaganda e o acesso facilitado a medicamentos sem prescrição também exigem uma maior regulamentação e controle por parte das autoridades de saúde.

Nesse contexto, o papel do farmacêutico é de fundamental importância. Como profissional de saúde acessível e frequentemente o primeiro contato do paciente com o sistema de saúde, o farmacêutico tem a responsabilidade de fornecer orientação adequada sobre o uso seguro de medicamentos, evitando a automedicação inadequada. O farmacêutico deve atuar não apenas na dispensação de medicamentos, mas também na educação dos pacientes, esclarecendo dúvidas sobre doses, interações medicamentosas e efeitos adversos. Além disso, o acompanhamento farmacoterapêutico pode contribuir para a redução dos riscos de intoxicações, reforçando a adesão ao tratamento prescrito e promovendo o uso racional de medicamentos. Portanto, a implementação de políticas públicas mais eficazes, que promovam tanto a conscientização quanto a acessibilidade a cuidados de saúde adequados, é crucial para mitigar os riscos associados à automedicação. Essas medidas devem ser complementadas por esforços para melhorar a notificação de casos de intoxicação e o diagnóstico precoce, garantindo uma resposta rápida e eficaz aos problemas relacionados ao uso inadequado de medicamentos. Somente com uma abordagem integrada, que envolva a educação, a regulação

e o fortalecimento dos sistemas de saúde, será possível reduzir os impactos adversos da automedicação na saúde pública.

5. Referências

1. Cavalcante AAOG, Silva TM da, Quintilio MSV. Automedicação entre os profissionais de saúde e o papel do farmacêutico. Revista JRG [Internet]. 31º de maio de 2023 [citado 20º de agosto de 2024];6(13):255-73. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/548>
2. Renata S. Automedicação relacionada à síndrome gripal entre adultos jovens em tempos de pandemia da Covid-19 no município de Bom Jardim-PE. Ufpebr [Internet]. 2022 Nov 3 [citado 2024 Aug 20]; Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/47417>
3. Molina Llata F, Oliveira Nascimento da Silva G, Câmara Assunção K, Bertolini Bendilati L, Gouveia Freitas T, Bonini LMM. Prevalência da automedicação no contexto da Covid-19 – SÃO PAULO, BRASIL. RE [Internet]. 5º de maio de 2023 [citado 20º de agosto de 2024];6(2):19-0. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/extensao/article/view/7653>
4. Branco LL, Lobato MYF, Borges JFT, Oliveira R de CS de. Automedicação durante a pandemia de Covid-19 e fatores associados. RSD [Internet]. 2023 Jan.23 [citado 2024Ago.20];12(2):e11212239924. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/39924>
5. Alves RC, Cordeiro A, Carneiro VMS. Automedicação no período da pandemia Covid-19. REASE [Internet]. 19º de novembro de 2021 [citado 20º de agosto de 2024];7(10):2903-11. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2963>
6. Vanderson BS, Vera LMGG. Atenção farmacêutica nas intoxicações por agrotóxicos: revisão. Unifaemaedubr [Internet]. 2020 [citado 2024 Aug 20]; Disponível em: <https://repositorio.unifaema.edu.br/jspui/handle/123456789/2785>
7. Lopes MM. Avaliação das prescrições medicamentosas e medicamento potencialmente inapropriado de idosos vinculados ao ambulatório de geriatria de um hospital militar do Distrito Federal. Bdtducubr [Internet]. 2019; Disponível em: <https://bdtu.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2991>
8. Cirino Monteiro MG, Pereira Barros de Souza J. Contribuição do farmacêutico na orientação do uso racional de medicamentos. RMS [Internet]. 31º de março de 2023 [citado 20º de agosto de 2024];5(1):113-20. Disponível em: <https://revistamultisertao.com.br/index.php/revista/article/view/535>
9. Faria JSR, Paiva MJM de. Assistência farmacêutica à saúde do idoso. RSD [Internet]. 2021Dez.13 [citado 2024Ago.20];10(16):e488101624224. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24224>
10. Munhoz DJA, Santos CF, da Costa A de O, Jordão TAG, da Silva EBP. A importância do farmacêutico na atenção primária à saúde: interações medicamentosas e automedicação. Braz. J. Hea. Rev. [Internet]. 2024 Mar. 4 [citado 2024 Ago. 20];7(2):e67759. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/67759>
11. Monteiro GQ dos S da S, Andrade LG de. A UTILIZAÇÃO INADEQUADA DE MEDICAMENTOS E COMPLEMENTOS ALIMENTARES VISANDO A REDUÇÃO DE PESO. REASE [Internet]. 4º de junho de 2024 [citado 19º de setembro de 2024];10(6):520-32. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14362>
12. Paula CC da S, Campos RBF, de Souza MCRF. Uso irracional de medicamentos: uma perspectiva cultural / Irrational use of medicines: a cultural perspective. Braz. J. Develop. [Internet]. 2021 Mar. 4 [cited 2024 Sep. 19];7(3):21660-76. Available from: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/25683>
13. Silva Júnior RO da, Araújo DIAF de, Leite LPG, Sampaio EF, Souza Júnior UP, Vieira FMA, et al. O uso da biotecnologia na produção de antibióticos: uma revisão integrativa. REASE [Internet]. 27º de julho de 2023 [citado 19º de setembro de 2024];9(6):3114-25. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10556>

14. Lima RM de, Duarte KP. Non-steroidal anti-inflammatory (NSAID) and self-medication . RSD [Internet]. 2022Mar.31 [cited 2024Sep.19];11(5):e13211527872. Available from: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27872>
15. Veloso AR, Geronimo E, Neves AC, de Jesus AGM, Mandotti F, dos Santos GHA, et al. Cultivo e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos. Arq. Ciênc. Saúde Unipar [Internet]. 7º de fevereiro de 2023 [citado 19º de setembro de 2024];27(1). Disponível em: <https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/saude/article/view/9068>
16. Conceição AM da, Abreu TP de. Correlação entre a automedicação de corticoides com o desenvolvimento de resistência à insulina e como o farmacêutico pode ajudar na prevenção. REASE [Internet]. 30º de outubro de 2021 [citado 19º de setembro de 2024];7(10):645-57. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2408>
17. Moysés D de A, Galucio NC da R, Silva AM do N, Rocha AA, Costa JG da, Gabriel KA da S, Moysés D de A, Vale VS, Vale VV, Correa RM dos S. O papel do farmacêutico no controle, orientação e prevenção da automedicação em idosos: uma revisão de literatura. RSD [Internet]. 2022Abr.10 [citado 2024Set.19];11(5):e37211528232. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/28232>
18. Silva Barbosa TM, Túlio Döerner Steiner, Raquel Lopes da Cunda Ruthes, Carlos José Silva Barbosa, Laura Cristina Alves de Sousa, Dayara Carvalho de Jesus, et al. Educação em saúde como ferramenta de combate a automedicação: fatores culturais e sociais. JMBR [Internet]. 10º de agosto de 2024 [citado 19º de setembro de 2024];1(3):510-2. Disponível em: <https://journalmbr.com.br/index.php/jmbr/article/view/121>
19. Andrade SM de, Cunha MA, Holanda EC, Coutinho GSL, Verde RMCL, Oliveira EH de. Characterization of the profile of drug intoxications by self-medication in Brazil, from 2010 to 2017. RSD [Internet]. 2020May10 [cited 2024Sep.11];9(7):e236973952. Available from: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3952>
20. Santana JK dos S de, Sousa JR dos A, Araújo JL. Epidemiological investigation of cases of exogenous drug intoxication resulting from self-medication in the state of Piauí . RSD [Internet]. 2023Mar.2 [cited 2024Sep.11];12(3):e13112340601. Available from: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/40601>
21. Timóteo MVF, Araujo FJ da R, Sampaio FA de F, Pereira TAC, Torres D da SB, Martins KCP, Maciel EN da S, Santos LCR, Ferreira DBM, Costa RHF. Overview of intoxications associated with the use of medicines registered in Brazil. RSD [Internet]. 2020Mar.21 [cited 2024Sep.11];9(4):e142942993. Available from: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2993>
22. Ferreira IS, Carvalho CJS de. A influência da propaganda de medicamentos na prática da automedicação: um problema de saúde pública/ The influence of drug advertising in the practice of self-medication: a public health problem. Braz. J. Develop. [Internet]. 2021 Jun. 7 [cited 2024 Sep. 11];7(5):47642-5. Available from: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/29676>
23. Suzuki R, Uchiya T, Sakai T, Takahashi M, Ohtsu F. Pharmacist's interventions in factors contributing to medication errors reduces medication errors in self-management of patients in the rehabilitation ward. J Pharm Health Care Sci. 2022 Dec 12;8(1):37. doi: 10.1186/s40780-022-00268-5. PMID: 36510270; PMCID: PMC9743766.
24. Ylä-Rautio H, Siissalo S, Leikola S. Drug-related problems and pharmacy interventions in non-prescription medication, with a focus on high-risk over-the-counter medications. Int J Clin Pharm. 2020 Apr;42(2):786-795. doi: 10.1007/s11096-020-00984-8. Epub 2020 Feb 20. PMID: 32078108; PMCID: PMC7192881.
25. Pons ED, Pizzol TD, Knauth DR, Mengue SS. Self-medication in children aged 0–12 years in Brazil: a population-based study. Rev Paul Pediatr [Internet]. 2023 [citado 10 out 2024];42. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2024/42/2022137>
26. Niccolas Bertote Guarda F, Nucci Galetti I, Regina dos Santos C, Marchioni C. Self-medication cases reported to a poison information center in Brazil from 2014 to 2020. Clin Toxicol [Internet].

- 19 mar 2024 [citado 10 out 2024]:1-7. Disponível em:
<https://doi.org/10.1080/15563650.2024.2326845>
27. Rotta I, Lima T, Tonin FS. Role of community pharmacy and pharmacists in self-care in Brazil. *Explor Res Clin Soc Pharm* [Internet]. Jun 2023 [citado 10 out 2024];10:100274. Disponível em:
<https://doi.org/10.1016/j.rcsop.2023.100274>
28. Ghodkhande KP, Choudhari SG, Gaidhane A. Self-Medication Practices Among the Geriatric Population: A Systematic Literature Review. *Cureus* [Internet]. 21 jul 2023 [citado 10 out 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.7759/cureus.42282>